



DECRETO MUNICIPAL Nº. 129/2021

DE 08 DE NOVEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a delegação de competência do Ordenador de Despesas do Fundo Municipal das Políticas Penais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Carangola, Estado de Minas Gerais, Silas Vieira, no uso de suas atribuições legais que dispõe a Lei Orgânica do Município de Carangola/MG, além de constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO que os Fundos Municipais devem ter seu ordenador de despesa, responsável pelos atos praticados com os recursos públicos e, portanto, tem o dever de prestar contas;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 5.323, de 04 de outubro de 2021, que “*Cria o Fundo Municipal para Políticas Penais do município de Carangola/MG*”,

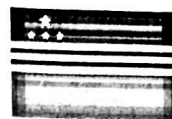
DECRETA:

Art. 1º. Fica delegada a competência de Ordenador de Despesas do Fundo Municipal das Políticas Penais, a Secretária Municipal de Assistência Social, tendo as seguintes atribuições:

- I - Abrir e movimentar as contas do fundo;
- II - Autorizar pagamentos e emitir ordens de pagamento de despesas do Fundo;
- III - Assinar cheques;
- IV - Autorizar a emissão de ordens bancárias;
- V - Coordenar a execução dos recursos do Fundo, juntamente com o Conselho Gestor;

PREFEITURA MUNICIPAL
DE CARANGOLA
AFIXADO NO QUADRO DE ATOS
OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO
Período de 08/11/2021
à 08/12/2021





- VI - Preparar e apresentar ao Conselho demonstrativo semestral da receita e da despesa executada do Fundo;
- VII - Emitir e assinar notas de empenho;
- VIII - Manter controle da gestão da receita do Fundo;
- IX - Elaborar relatório anual de gestão, incluindo, quando houver estabelecimento prisional no município, dados sobre a quantidade de presos, com classificação por sexo, etnia, faixa etária, escolaridade, atividade de trabalho, regime e duração da prisão entre outros que forem definidos em regulamentos federais e estaduais vinculados à administração penitenciária, com a anonimização de dados que venham a ser de acesso público, observada a legislação de proteção de dados pessoais;
- XI - Fornecer ao Ministério Público, quando solicitado, demonstração de aplicação dos recursos do Fundo;

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Carangola/MG, 08 de novembro de 2021.


SILAS VIEIRA
Prefeito Municipal

